



FÓRUM NACIONAL
PELA REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE
SOCIAL

CARTA ABERTA AOS MEMBROS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Brasília, 28 de agosto de 2025,

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda Fernando Haddad,
Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento e Orçamento Simone Tebet,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil Gabriel Galípolo,

O MERCADO FINANCEIRO NÃO PODE SE SOBREPOR À NAÇÃO BRASILEIRA!

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional, estabelecendo as diretrizes gerais das Políticas Monetária, Cambial e Creditícia. Seu objetivo é buscar a estabilidade da nossa moeda e contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil. E para garantir a estabilidade da moeda, deve-se buscar a manutenção da inflação em níveis adequados à preservação do poder de compra da população brasileira.

Em 1999 foi criado o “Regime de Metas de Inflação”, que, desde então, em várias ocasiões tem levado o Banco Central, sob pressão do mercado financeiro, a aumentar a taxa de juros sempre que a inflação supera ou ameaça superar a meta fixada. Mas será que essa sistemática é eficaz?

Desde 1951 e até 1994 (durante 44 anos, portanto) a taxa de inflação no Brasil se apresentou elevada. De 1951 a 1961, oscilou entre 11,8% e 35,9% ao ano; entre 1962 e 1966, subiu de patamar e oscilou entre 37,9% e 89,9%; já entre 1974 e 1979, variou entre 34,8% e 55,8% a.a.; entre 1980 e 1985, saltou para entre 95,2% e 235,1% e, por fim, entre 1988 e 1994, atingiu patamar inimaginável, oscilando entre 480,2% e 2.708,6% ao ano. Nesses 44 anos, em apenas 3 anos (1952, 1970 e 1972) a taxa de inflação ficou abaixo de 20%, e nunca abaixo de 9% ao ano. Em suma, o Brasil sabe muito bem o que é uma taxa de inflação elevada e as consequências para a economia nacional e para o poder de compra do povo brasileiro.

Mas a partir de 1995, após o Plano Real, a taxa de inflação brasileira vergou acentuadamente para baixo. Se entre 1995 e 2004 apresentou um comportamento ainda relativamente errático, a partir de 2005, quando o Regime de Metas de Inflação a fixou em 4,5% ao ano, a inflação brasileira se mostrou absolutamente sob controle e de acordo com o padrão verificado nas economias emergentes, e até mesmo abaixo.

No quadro a seguir pode-se observar que, nos 21 anos entre 2005 e 2025, a taxa de inflação no Brasil tem tido comportamento excepcionalmente regular, sendo que, exceto nos anos de 2015 (forte crise econômica) e 2021 (ano mais crítico da pandemia da Covid 19), a maior variação de preços foi



FÓRUM NACIONAL
PELA REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE
SOCIAL

de 6,5%. Em seis anos ficou abaixo de 4,5% ao ano; em dez anos ficou entre 4,51% e 6,0%; e somente em três anos ficou entre 6,01% e 6,5% a.a.

Quadro: Metas de inflação e IPCA no período 1999/2025

| ANO | META DE INFLAÇÃO | INTERVALO DE TOLERÂNCIA | BANDA SUPERIOR | IPCA | CUMPRIMENTO DA META | | EXCEDENTE A META (EM P.P.) |
|------|------------------|-------------------------|----------------|-------|---------------------|-----|----------------------------|
| 1999 | 8,00 | 2,00 | 10,00 | 8,94 | SIM | | |
| 2000 | 6,00 | 2,00 | 8,00 | 5,97 | SIM | | |
| 2001 | 4,00 | 2,00 | 6,00 | 7,67 | | NÃO | 1,67 |
| 2002 | 3,50 | 2,00 | 5,50 | 12,53 | | NÃO | 7,03 |
| 2003 | 4,00 | 2,50 | 6,50 | 9,30 | | NÃO | 2,80 |
| 2004 | 5,50 | 2,50 | 8,00 | 7,60 | SIM | | |
| 2005 | 4,50 | 2,50 | 7,00 | 5,69 | SIM | | |
| 2006 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 3,14 | SIM | | |
| 2007 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 4,46 | SIM | | |
| 2008 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 5,90 | SIM | | |
| 2009 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 4,31 | SIM | | |
| 2010 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 5,91 | SIM | | |
| 2011 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 6,50 | SIM | | |
| 2012 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 5,84 | SIM | | |
| 2013 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 5,91 | SIM | | |
| 2014 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 6,41 | SIM | | |
| 2015 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 10,67 | | NÃO | 4,17 |
| 2016 | 4,50 | 2,00 | 6,50 | 6,29 | SIM | | |
| 2017 | 4,50 | 1,50 | 6,00 | 2,95 | SIM | | |
| 2018 | 4,50 | 1,50 | 6,00 | 3,75 | SIM | | |
| 2019 | 4,25 | 1,50 | 5,75 | 4,31 | SIM | | |
| 2020 | 4,00 | 1,50 | 5,50 | 4,52 | SIM | | |
| 2021 | 3,75 | 1,50 | 5,25 | 10,06 | | NÃO | 4,81 |
| 2022 | 3,50 | 1,50 | 5,00 | 5,79 | | NÃO | 0,79 |
| 2023 | 3,25 | 1,50 | 4,75 | 4,62 | SIM | | |
| 2024 | 3,00 | 1,50 | 4,50 | 4,83 | | NÃO | 0,33 |
| 2025 | 3,00 | 1,50 | 4,50 | *5,22 | | NÃO | 0,72 |

Fonte: Banco Central do Brasil

*Acumulado em 12 meses até julho de 2025

Por 14 anos, entre 2005 e 2018, com a meta de inflação fixada em 4,5% a.a. e banda superior de 6,5% ou 6,0% (em 2017 e 2018), apenas na crise econômica de 2015 o teto da meta foi “estourado”. Mesmo em 2019 e 2020, com a meta sendo reduzida para 4,25% e 4,0% respectivamente, a inflação ficou abaixo do teto superior. Entretanto, a partir de 2021, com a meta fixada abaixo de 4,0%, em quatro dos cinco anos (incluindo 2025) o teto da meta foi estourado. **Se tivesse sido mantida a meta de 4,5% e a banda superior de 6,0%, não haveria estouro da meta em nenhum dos anos, exceto em 2021** (o que ocorreu em quase todos os países que adotam o regime de metas de inflação, em razão da pandemia da Covid).

O Conselho Monetário Nacional, ao promover uma injustificável redução da meta de inflação a partir de 2019, acentuada após 2021 e chegando a 3,0% a.a. em 2024, colocou o país numa verdadeira “camisa de força”, que tem se revelado um verdadeiro garrote para um maior crescimento econômico de nosso país. Ao estabelecer uma meta tão irreal para a realidade brasileira, o CMN deu o pretexto que o mercado financeiro tanto desejava, de alegar que a inflação se acha “fora de controle”,



FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

pressionando o Banco Central a promover o aumento da Taxa Selic. É o que tem ocorrido, inclusive, desde setembro de 2024, tendo a Selic saltado de 10,5% para os atuais 15,0%.

Infelizmente o Banco Central tem acatado as análises alarmantes dos “economistas” do mercado financeiro, que insistem em falar em “grave estouro” da meta de inflação (que, em 2024, foi de pífo 0,33 ponto percentual), assim como no falacioso argumento de que a inflação no Brasil se dá por pressão da demanda e que deve ser combatida pelo aumento da taxa de juros. É inacreditável que um recente comunicado do Banco Central chegou a alertar para os riscos trazidos pelo “dinâmico crescimento da economia e do emprego”.

Ora, é sabido que a inflação no Brasil decorre, sobretudo, do impacto dos preços administrados pelo governo (energia, combustíveis, etc) e dos aumentos nos preços dos alimentos. Mas se sabe que esses aumentos decorrem de problemas climáticos; do baixo nível dos estoques reguladores; da utilização das terras pelo agronegócio para produção/exportação de commodities agrícolas (com grandes isenções fiscais); da variação na cotação internacional dessas commodities; e de oscilações acentuadas do Real em relação ao Dólar. É, inclusive, recomendável a geração de um índice ajustado, excluindo o efeito de choques temporários em preços administrados e de alguns alimentos, visto que não são sensíveis à elevação da taxa de juros, mas que podem ser reduzidos mediante outras políticas.

E um diagnóstico equivocado leva à receita de um remédio que, além de não curar a doença, tem efeitos colaterais perversos, pois são mais do que conhecidas as consequências de uma Selic tão elevada: encarecimento do crédito às empresas, com conseqüente redução do investimento produtivo; encarecimento do crédito às pessoas, com conseqüente agravamento do endividamento das famílias e redução do consumo; queda na geração de empregos; redução do crescimento do PIB; aumento dos gastos com juros da dívida pública (em 2024 para cerca de R\$ 1 trilhão); e, conseqüentemente, aumento da dívida pública.

Isso ocorre num momento em que o Brasil começava a crescer de forma mais perene, com o CAGED informando que o país gerou 3,1 milhões de empregos com carteira assinada em 2023 e 2024 e com o IBGE divulgando que alcançamos em dezembro de 2024 a menor taxa de desemprego desde 2012 (6,6%). Mas hoje já se observa que a atividade industrial, que vinha se recuperando desde o início de 2023, dá sinais de desaceleração. O mesmo ocorre com o setor de construção civil, um dos principais responsáveis pela recuperação do emprego. Lamentavelmente, o resultado final será colhido no final do ano com o crescimento do PIB desacelerando do atual patamar próximo a 4% ao ano para algo pouco acima de 2%.

E quem são os principais favorecidos pelo aumento da Selic? Uma reduzida “elite”, que forma o clube vip dos super ricos, com grande parte de seus “rendimentos declarados” provenientes desse R\$ 1 trilhão pago pelo setor público a título de juros, além de outro trilhão de reais advindos de dividendos distribuídos e isentos de tributação. O que está em curso é um claro movimento comandado pelo mercado financeiro para anular as ações voltadas para a promoção do crescimento econômico e pressionando pela redução da proteção social promovida pelo Estado brasileiro, exigindo a redução do orçamento direcionado às áreas de saúde, educação e assistência social.

O Governo Federal estabeleceu, em junho de 2024, mediante decreto, que a alteração da meta de inflação ou do intervalo de tolerância tem que ser anunciada com antecedência mínima de 36 meses, pois isso garante previsibilidade aos agentes econômicos, melhorando a capacidade de planejamento das famílias, empresas e governo. Tal decisão pode ser vista de outra forma: garante por 3 longos anos uma meta de inflação pouco factível, que propicia decisões em favor do mercado financeiro.



FÓRUM NACIONAL
PELA REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE
SOCIAL

Alega-se que, se o CMN retornar a meta de inflação para o patamar de 2018 ou de 2020, estaria “contratando” uma grave crise com o mercado financeiro. Ocorre que, para evitar essa crise, está sendo “contratada” uma crise muito mais grave, que remete o país à desaceleração econômica, com gigantescos prejuízos para a maioria do povo brasileiro.

O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social e as organizações a ele associadas **apelam ao Conselho Monetário Nacional para que retorne à meta de inflação que vigorava até 2018 (4,5%), mantendo o intervalo de 1,5%**, criando as condições para que o BC possa promover a redução da SELIC para níveis aceitáveis, permitindo que a economia brasileira se livre das amarras impostas pelo mercado financeiro e conciliando uma taxa de inflação baixa com um crescimento econômico sustentável, que favoreça a geração de bons empregos e de um pleno desenvolvimento social.

FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL – FNRDS



FÓRUM NACIONAL
PELA REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE
SOCIAL

<https://reducaodesigualdadesocial.org.br/>

Econ. Júlio Miragaya - Coordenador do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social - FNRDS

61 99803-0760 - juliomiragayapt@gmail.com

61 98581-2561 - Auditoria Cidadã da Dívida